

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO EM HUMANIDADES

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
BACHARELADO EM HUMANIDADES

JESSYKA SOUZA QUEIRÓS

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NO ENSINO
REGULAR: UM ESTUDO SOBRE OS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA E.M.E.F
PROF.^a MARIA AUGUSTA RUSSO DOS SANTOS NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
CEARÁ.

REDENÇÃO – CEARÁ – BRASIL

2019

JESSYKA SOUZA QUEIRÓS

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NO ENSINO
REGULAR: UM ESTUDO SOBRE OS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA E.M.E.F
PROF.^a MARIA AUGUSTA RUSSO DOS SANTOS NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
CEARÁ.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Bacharelado de Humanidades presencial
do Instituto de Humanidades, da Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira (UNILAB).

Orientadora: Prof^a. Ms. Vanessa Teixeira De
Freitas Nogueira.

Redenção – Ceará - Brasil

2019

TERMO DE APROVAÇÃO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NO ENSINO REGULAR: UM ESTUDO SOBRE OS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA E.M.E.F PROF.^a MARIA AUGUSTA RUSSO DOS SANTOS NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO CEARÁ.

JESSYKA SOUZA QUEIRÓS

(Acadêmico)

Data da Aprovação: ____/____/____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ms Vanessa Teixeira de Freitas Nogueira

Orientadora

Professora Dra. Geranilde Costa e Silva

Membro

Selênia Maria Feitosa e Paiva

Membro

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por ser essencial em minha vida, a minha mãe e ao meu pai que sempre acreditaram em mim.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao Prof^o. Dr. Evaldo Ribeiro Oliveira por ter me ajudado na primeira etapa do TCC e força nessa caminhada. Agradeço também a minha orientadora, Prof^a. Ms. Vanessa Teixeira de Freitas Nogueira, que aceitou fazer parte de um projeto em andamento, foi paciente e que me ajudou a concluir esse trabalho.

RESUMO

O presente estudo se deu no momento em que se iniciou a disciplina de Fundamentos da Educação Especial Inclusiva, oferecida pelo curso de Pedagogia da UNILAB, levando-me a pensar que apenas uma escola no município de Redenção oferece o serviço de atendimento educacional especializado (AEE). O objetivo é apresentar uma análise sobre o que é o Atendimento Educacional Especializado – AEE e entender como é realizado esse atendimento oferecido pela a E.M.E.F Prof.^a Maria Augusta Russo dos Santos, aos alunos com deficiências, apresentando também a importância do AEE para essas crianças/adolescentes e as famílias atendidas. Para alcançar esse objetivo realizamos uma pesquisa qualitativa, que inclui como métodos de averiguação, a pesquisa bibliográfica e a análise documental, além das rodas de conversas feitas com os profissionais da escola e com os pais. Os resultados das pesquisas mostram que o serviço tem uma grande importância mesmo com as dificuldades enfrentadas.

Palavras-chaves: deficiência, educação especial, ensino regular, alunos.

ABSTRACT

The present study took place when the discipline of Fundamentals of Inclusive Special Education, offered by the UNILAB Pedagogy course, led me to think that only one school in the municipality of Redenção offers the specialized educational attendance service (ESA).). The objective is to present an analysis of what is Specialized Educational Care - AEE and to understand how this service is offered by EMEF Prof. Maria Augusta Russo dos Santos, to students with disabilities, also presenting the importance of ESA for these children. / adolescents and the families served. To achieve this goal we conducted a qualitative research, which includes as methods of verification, bibliographic research and documentary analysis, as well as conversation wheels made with school professionals and parents. The results of the research show that the service is of great importance even with the difficulties faced.

Keywords: deficiency, special education, regular education, students.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. JUSTIFICATIVA	10
2.1- OBJETIVOS	11
2.1.1- GERAIS	11
2.1.2- ESPECIFICO.....	11
3. METODOLOGIA.....	11
4. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA.....	12
5. O AEE NO ENSINO REGULAR: NA E.M.E.F PROF. ^a MARIA AUGUSTA RUSSO DOS SANTOS NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO CEARÁ.....	15
6. CONCEPÇÃO DAS FAMILIAS DAS CRIANÇAS ATENDIDAS PELO AEE	18
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
8. REFERÊNCIAS.....	21

1. INTRODUÇÃO

O referido estudo tem como foco obter conhecimento científico referente ao tema “O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ensino regular: um estudo sobre os serviços especializados na E.M.E.F Prof.^a Maria Augusta Russo dos Santos no município de Redenção Ceará”, tendo primeiramente como objetivo geral compreendendo o que é o Atendimento Educacional Especializado – AEE e posteriormente entender como é realizado esse atendimento oferecido pela a instituição de ensino fundamental, aos alunos com deficiências, apresentando também a importância do AEE para essas crianças/adolescentes e as famílias atendidas.

O interesse pelo tema começou quando se iniciou a aula da disciplina de Fundamentos da Educação Especial Inclusiva, oferecida pelo curso de Pedagogia da UNILAB, levando-me a pensar no fato de que apenas uma escola no município de Redenção oferece o serviço de atendimento educacional especializado (AEE), e como esse atendimento é realizado, já que essa escola atende também alunos com deficiências de outras escolas da cidade.

A educação especial no Brasil teve início no século XIX, quando alguns brasileiros se inspiraram em suas vivências nos Estados Unidos e na Europa, criando assim “ações isoladas e particulares” para que essas pessoas com deficiência pudessem ser atendidas. A educação especial só foi incluída nas políticas públicas por volta do século XX, onde passou a fazer parte do sistema educacional, sendo oficialmente implantada apenas no começo dos anos 60, sendo intitulada com “educação dos excepcionais”. (MANTOAN, 2011).

De 1854 a 1993 a educação especial substituiu o ensino comum, apresentando diversas maneiras de ensino, levando então a criação de escolas e salas especiais, com uma ideia de normalização, porém, no período de 1993 a 2008 houve ações em prol da inclusão escolar dessas pessoas com deficiências físicas, mentais, visuais e auditivas.

Em 2010 esses alunos com “deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação” passaram a ser avaliados em dobro pelo FUNDEB (O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação

Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), ao ingressarem no ensino regular e no atendimento educacional especializado (AEE), que funciona no horário oposto ao das aulas de classes comuns. (BRASIL, 2009)

O atendimento educacional especializado (AEE) é feito por profissionais com formações específicas nas áreas da Língua Brasileira de Sinais, de Braille, de orientação e mobilidade, da tecnologia assistiva (TA) e outros. O atendimento educacional especializado dispõe para as escolas materiais específicos para cada tipo de deficiência atendida, e também desenvolvem métodos pedagógicos. Esses materiais e métodos pedagógicos tem uma grande importância para a formação de conhecimento desses alunos, fazendo com que tenham maior entendimento, podendo assim ter uma total atuação em sala de aula.

2. JUSTIFICATIVA

O interesse pelo tema começou quando se iniciou a aula da disciplina de Fundamentos da Educação Especial Inclusiva, oferecida pelo curso de Pedagogia da UNILAB, levando-me a pensar no fato de que apenas uma escola no município de Redenção oferece o serviço de atendimento educacional especializado.

O atendimento educacional especializado é um “serviço da educação especial” que auxilia com “recursos pedagógicos” e materiais específicos os alunos com algum tipo de deficiência, visando sua aprendizagem, inclusão social e “independência” não apenas no ambiente escolar, mas também em meio à sociedade (SEESP/MEC; 2008).

Em 2005, houve uma mudança no ensino educacional onde as escolas especiais estavam sendo postas de lado, para que esses alunos fossem retirados dessas salas especiais e colocados em salas comuns, pois até o momento eles estavam apenas matriculados e a partir dessa matrícula eles tinham direito de frequentar uma sala especial.

Esse atendimento tem o intuito de garantir a esses alunos com transtornos globais do desenvolvimento, com deficiências e altas habilidades/superdotados, total ingresso e atuação em escolas regulares. Frequentando assim, salas de aulas comuns juntamente com outros alunos, e em um horário oposto ao horário escolar,

esses alunos com deficiência, recebem o atendimento educacional especializado as “Salas de Recursos Multifuncionais”.

Acredita-se que o atendimento educacional especializado tem uma grande importância para a aprendizagem e inclusão social de crianças, adolescentes e adultos que possuem alguma deficiência que dificulta a sua aprendizagem, proporcionando também um melhor vínculo entre os pais dos alunos e a escola.

2.1- OBJETIVOS

2.1.1- GERAL

- Compreender como é realizado o Atendimento Educacional Especializado e qual o seu objetivo.

2.1.2- ESPECIFICO

- Entender como é realizado o atendimento oferecido pela E.M.E.F Prof.^a Maria Augusta Russo dos Santos aos alunos com necessidades especiais.
- A importância do Atendimento Educacional Especializado para as crianças e as famílias atendidas.

3. METODOLOGIA

O referido estudo tem como foco obter conhecimento científico referente ao tema “O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ensino regular: um estudo sobre os serviços especializados na E.M.E.F Prof.^a Maria Augusta Russo dos Santos no município de Redenção Ceará”, o interesse pelo estudo iniciou-se em abril de 2017, e vem sendo aprofundada para dar autenticidade ao trabalho, através de pesquisa bibliográfica e a análise documental.

O presente estudo fundamenta-se no paradigma qualitativo, com a metodologia de pesquisa não estruturada e exploratória, baseada em uma pequena amostra, onde as pessoas entrevistadas constituem ideias livres a respeito do tema. Desse modo a pesquisa se deu em dois momentos. O primeiro momento consiste em um levantamento bibliográfico a partir de bases de dados escritos e eletrônicos, artigos científicos, para compreender com mais profundidade o conhecimento de pesquisadores que estudam esse tema, para fornecer fundamentação teórica sobre

o tema em questão e compreender melhor esse tipo de atendimento. Em um segundo momento será utilizado como base em dados, informações disponibilizadas pela Escola do município de Redenção Ceará, que realiza o atendimento, e rodas de conversas feitas com o profissional da área e com os pais das crianças acolhidas pelo serviço para saber o nível de satisfação dos pais e alunos.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

Segundo Helena Maria (2012), no Brasil, até o século de XIX, pessoas com algum tipo de deficiência eram excluídas do sistema educacional. Em consequência disso, começaram a surgir instituições educacionais voltadas para pessoas com deficiências visuais e auditivas. Inspiradas nas instituições francesas, onde os estudantes mantinham-se, da mesma maneira, afastados da sociedade. Bueno (1997, p. 127), diz que isso acontece para "por um lado, evitar que a presença de anormais interfira na racionalização do espaço cada vez mais urbano, [...] e por outro, para proteger os sujeitos com incapacidades, os quais têm dificuldades no autocuidado e na autoproteção". Helena Maria (2012) fala que para Bueno, a segregação dos deficientes nas instituições de educação especial, fez com que o resto dos cidadãos vissem as pessoas deficientes como inaptos para aprender e de viver em meio a sociedade. Mas atualmente esse pensamento vem sendo desconstruído com a inclusão de pessoas com deficiência, não apenas no ensino regular, na serie correspondente a sua faixa etária, mas também em meio à sociedade e no mercado de trabalho.

Sassaki (1997), diz que a educação especial no Brasil foi marcada por varias etapas, "exclusão, segregação institucional, integração e inclusão". A fase da *exclusão* trata-se de um período em que as pessoas com algum tipo de deficiência eram marginalizadas, perseguidas e exploradas, porque não existia nenhum método educacional para essas pessoas.

Pereira (2012), Santana (2012), Santana (2012) relatam que ainda no século XIX, houve uma organização de serviços para pessoas com deficiência. No final da década de 50 e começo da década de 60 do século XX, surgiu à ideia de deficientes na educação, surgindo então à fase da *segregação institucional*, iniciando assim certa preocupação com o progresso educacional dessas pessoas por meio de

atendimento educacional especializado, disponibilizados por instituições especializadas.

Em 12 de outubro de 1854 no Rio de Janeiro, foi fundada por intermédio de Dom Pedro II, a primeira instituição especial para pessoas cegas do Brasil, conhecida como Imperial Instituto de Meninos Cegos, que em 17 de outubro de 1890, perante decreto de numero 408, assinado por Marechal Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant Botelho de Guimarães, teve o nome alterado para Instituto Benjamin Constant (IBC). E em outubro de 1857, Dom Pedro II criou o Imperial Instituto de surdos-mudos, que em 1957 teve o nome alterado para Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

De acordo com Sasaki (1997), logo após surge a fase da *integração*, que ocorre quando acontece um aumento das salas especiais em instituições de ensino regular. Essas salas se deram no pensamento de que separados dos demais alunos, os discentes com deficiência não atrapalhariam o ensino dos alunos que não tem deficiência.

Dessa maneira, acontecem vários trabalhos a favor de pessoas com deficiência a serem divulgados em eventos do século XX. Assim outras salas especiais apareceram com fins educacionais.

Porém, a Constituição Federal de 1988, diz que os alunos com deficiência devem estar na escola, e que sua educação teria que ocorrer em salas regulares com os demais alunos. E no seu artigo nº 206 e 208, afirma que deve ter o Atendimento Educacional Especializado (AEE) as pessoas com deficiência, de preferencia, no ensino regular.

Quando se fala em 'inclusão', Conforme Glat & Oliveira (2003, p. 12) diz, se trata de compreensão, transformação, adaptação e preparação de uma sociedade para incluir as diversidades. Assim permitindo que todos possuam o direito de ir e vir, de participar de qualquer ação, sem que haja algum tipo discriminação e preconceito.

Blanco (2002, p.31), diz que “a instituição tem que incluir, sustentar, acompanhar, apoiar, enriquecer e oferecer tudo o que esta pessoa necessita em sua singularidade para ter êxito no objetivo de integrar”.

Segundo Rogalski (2010), até a década de 50, quase não se discutia sobre educação especial no Brasil. Porém no início da década de 70, esse tema passou a ser discutido, tornando-se assim responsabilidade dos governos com a fundação de “instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais”. E que a educação é encarregada de socializar essas pessoas, as possibilitando viver com qualidade em meio a sociedade, possuindo, assim, “um caráter cultural acentuado”, proporcionando a inclusão dessas pessoas na sociedade.

A educação inclusiva requer uma atenção especial, dado que estamos discutindo o futuro de pessoas com “necessidades educacionais especiais”. E que mesmo antes de incluir, é essencial verificar os propósitos dessa inclusão, para certificarem-se quais os benefícios/melhorias o aluno poderá desfrutar, juntamente com outros alunos do ensino regular.

A educação Inclusiva, que vem sendo divulgada por meio de Educação Especial, teve sua origem nos Estados Unidos, quando a lei pública nº 94.142, de 1975, resultado dos movimentos sociais de pais e alunos com deficiência, que reivindicavam o acesso de seus filhos com necessidades educacionais especiais às escolas de qualidade (STAINBAK E STAINBAK, 1999, p.36).

A educação especial é um ensino que percorre todos os níveis de ensino, do infantil ao ensino superior. (SEESP/MEC; 01/2008)

Segundo Fabiane Romano (2009), antigamente havia uma crença de que pessoas com necessidades especiais não seriam capazes de aprender, sendo assim excluídas e marginalizadas pela sociedade, mas ao longo do tempo podemos ver mudanças teóricas e nas práticas sociais e educacionais ao que diz respeito os direitos de todas as pessoas e que o atendimento educacional especializado (AEE) tem seu lugar de privilégio na educação especial, e que a oferta desse serviço é obrigatória em todas as redes de ensino. Onde o atendimento é realizado no horário oposto ao das aulas comuns, na própria escola onde o aluno com necessidades especiais estuda ou em um centro especializado onde esse atendimento seja feito. E que a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEESP/MEC) tem investido tanto na formação específica de professores voltados para o AEE, como também tem investidos em professores do ensino regular, para que se

possam desenvolver recursos pedagógicos que ajudem na aprendizagem de todos os alunos.

Ferreira, Lima e Garcia (2015) afirmam que a escola é um espaço fundamental para a criação do saber, do desenvolvimento de todos os alunos e que com os alunos com necessidades especiais não poderia ser de outra maneira. Desta forma, a educação inclusiva estimula novos pensamentos sobre os métodos da educação comum, fazendo com que haja mudanças no sistema educacional, onde as pessoas possam aprender com a diversidade. Por tanto é necessário que as práticas educativas sejam ressignificadas, quebrando os obstáculos que dificultam a integração e a aprendizagem. O propósito geral do AEE é proporcionar a inclusão de pessoas com deficiência, transtorno de aspecto autista (TEA) e altas habilidades/superdotação (AH/SD) em classes comuns do ensino infantil e regular, tendo uma interação frequente entre professores do ensino comum com os serviços de apoio pedagógico especializado, no sentido de complementação curricular, para o ensino básico, com base na análise do aluno em suas habilidades, assim possibilitando o progresso de sua capacidade e procurando romper os obstáculos que limitam suas aprendizagens.

5. O AEE NO ENSINO REGULAR: NA E.M.E.F PROF.^a MARIA AUGUSTA RUSSO DOS SANTOS NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO CEARÁ.

O atendimento educacional especializado (AEE) vem desde o ano 2000, na escola Edmilson Barros, com base na Lei federal nº 9394/3, artigo 205. Quando houve a ampliação da escola Edmilson Barros de Oliveira, criando o anexo Maria Augusta Russo dos Santos, o núcleo que na época era denominado, Núcleo de Educação Especial Maria das Graças Araújo, foi transferida em 2005 para o anexo Maria Augusta.

Em 2010 com a homologação do parecer CNE/CEB Nº 13/2009, que regulamenta o “Decreto Presidencial de nº 6.571/2008, cujo objetivo principal é o compromisso da União na prestação de apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, para o atendimento educacional especializado” (Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, 2009), o núcleo foi extinto e foram

feitas as salas multifuncionais, na qual chamamos de Atendimento Educacional Especializado. Em novembro de 2011 a escola Maria Augusta se tornou independente da Edmilson Barros, atendendo 60 crianças especiais, esse atendimento é realizado por duas professoras, existe um terceiro profissional que este ano foi remanejado para o distrito de Antônio Diogo, onde ele atende as crianças deficientes.

Tabela 1: **ESCOLAS ATENDIDAS PELO AEE**

Localidade	ESCOLA	QUANT
Sede	Maria Augusta Russo dos Santos	16
Sede	Edmilson Barros de Oliveira	10
Sede	Creche Francisca Arruda	02
Itapaí	Neide Tinoco	03
Boa Fé	Creche Ricardo Ferreira de Castro	01
Boa Fé	Vicente Ferreira do Vale	05
Piroas	Ermínio Gomes	01
Outeiro I	Sebastião José Bezerra	02
Serrinha Bela	Major Hortência	03
Faísca	João Alves Gouveia	06
Olho D'água dos Constantinos	Francisca Januária	02
Gurguri	Joaquim José da Silva	03
Manuel Dias	Manuel Saraiva	03

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados da entrevista, 2018.

Devido à escola inclusiva, é necessário que tenha esse atendimento dentro do município, portanto é uma obrigatoriedade que o município tenha que ofertar a seus munícipes, porem é opção dos pais trazerem ou não essas crianças para esse atendimento.

O município dispõe de um transporte e de um motorista que passa por todas as localidades do município que são atendidas, trazendo esses alunos até a escola Maria Augusta, na escola os profissionais ficam encarregados apenas da parte educacional, ou seja, dá suporte a criança nas áreas as quais elas tem maior

dificuldades, que são as áreas motoras, que vai de aprender a caminhar até como se alimentar, indo um pouco além da parte metodológica, dando suporte também na intelectual, e no TDAH que é Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade.

Os profissionais da escola dialogam com os pais, dão palestras e também desenvolvem oficinas para essas famílias, para que eles estimulem os filhos em casa, pois o atendimento não está ocorrendo como deveria, pois o certo seria que o esse atendimento fosse realizado pelo menos duas vezes na semana, porém devido ao numero de crianças e de profissionais, só é possível haver esse atendimento uma vez por semana, então esse trabalho é realizado com a família para que as crianças sejam estimuladas em casa e não apenas na escola.

Segundo a Prof.^a Lusimeire Amorim, no início do ano letivo, os profissionais do atendimento visitam todas as escolas do município que tem alunos com laudo médico, pois não podemos laudar, o trabalho é realizado com base naquilo que o médico prescrever no laudo da criança. Através das visitas nas escolas de todas as localidades é feito um cronograma.

Tabela 2 - **CRONOGRAMA 2018**

DIAS	MANHÃ	TARDE
SEGUNDA-FEIRA	Serrinha Bela e Olho d'água dos Constantinos	Manuel Dias, Gurguri e Outeiro
TERÇA-FEIRA	Maria Augusta (sede)	Edmilson Barros e Maria Augusta (sede)
QUARTA-FEIRA	Itapaí e Boa Fé	Faísca
QUINTA-FEIRA	Edmilson Barros e Creche Francisca Arruda (sede)	Edmilson Barros e Creche Francisca Arruda
SEXTA-FEIRA	Planejamento	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados da entrevista, 2018.

Assim é feito um rodízio entre as Prof.^a Lusimeire Amorim e Elenice Silveira, essa sequência se dá durante todo o período letivo do ano de 2018.

Nas terças-feiras e nas quintas-feiras o atendimento é realizado com alunos da sede, porque o carro é disponibilizado para o distrito de Antônio Diogo para que

um terceiro profissional realize o atendimento com os alunos das localidades do distrito.

O ideal seria que esse atendimento fosse realizado durante 45min em uma sala com uma equipe multidisciplinar no qual fazem parte, psicólogo, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, assistente social, orientadora educacional e um pedagogo, e de preferencia individualmente. No entanto, segundo a Prof.^a Lusimeire Amorim a escola não disponibiliza de equipe multidisciplinar, oferecendo apenas o atendimento pedagógico. Também seria indicado que se forem em pequenos grupos, que sejam com a mesma deficiência, que no caso isso não se aplica na escola. Exemplo: em Olho D'água dos Constantinos e Serrinha Bela, nós temos alunos com síndrome de down, alunos com deficiência intelectual, alunos com deficiência física e alunos com deficiência auditiva, sendo diversificada por idade, por serie e por deficiência, e esses alunos chegam até a escola, e são divididas em grupo procurando trabalhar suas dificuldades de forma diversificada. A professora relata que esse trabalho não é fácil, porque quando se está com um aluno com deficiente intelectual, ao mesmo tempo tem que da atenção ao aluno com deficiência física, então enquanto se está aplicando uma atividade direcionada para o deficiente físico o do intelectual está com um jogo de memoria, um jogo no qual ele se adapte. Portanto, quando se esta com uma atividade direcionada para o deficiente intelectual, o aluno com deficiência física esta em uma atividade lúdica, mas um lúdico direcionado para ele, pois não se pode fazer isso só por fazer, tem que se ter um direcionamento.

6. CONCEPÇÃO DAS FAMILIAS DAS CRIANÇAS ATENDIDAS PELO AEE

Para as mães, o trabalho realizado pelos profissionais do AEE é de grande importância e eficácia. Através do programa e com as orientações das professoras, as mães puderem conseguir o laudo medico e saber o que realmente seus filhos têm, além de conhecer seus direitos e deveres como mães e os direitos da criança especial.

Algumas mães relatam que ultimamente o município não tem ajudado muito financeiramente, que não é apenas as professoras que vão fazer o projeto funcionar, a prefeitura também precisa ajudar de alguma forma, o AEE em especial, como por

exemplo, algum esporte ou dança voltado apenas para as crianças especiais, como futebol, natação, ballet, esse tipo de atividade, pois mesmo tendo a questão da inclusão, as mães acham que deveria ter um espaço voltado só para eles, pois elas sentem um certo receio de colocarem seus filhos em algumas dessas atividades juntamente com outras crianças, tanto pelo fato de como essas crianças iriam reagir, do preconceito, como pelo fato de como seus filhos iriam se adaptar, devido às dificuldades que eles têm por conta de suas deficiências.

As mães falam também sobre a questão do cuidador, que tanto elas, como as professoras do AEE e a diretora da escola já foram atrás, que já levaram os nomes de todas as crianças que precisam, mas nunca vem, que estão há muito tempo aguardando que seja aprovado pela câmara de Redenção. O congresso nacional decretou que é direito de todo aluno com deficiência ter a assistência de cuidador na escola. Art. 1º O art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 58.....
..... §

4º Ao educando com deficiência será assegurada a assistência de cuidador, nos estabelecimentos de ensino públicos ou privados, quando necessário para promover seu atendimento educacional na rede regular de ensino.

§ 5º A ocupação de cuidador escolar caracteriza-se pelo serviço de auxílio prestado, no âmbito de instituição de ensino, a educandos com deficiência, considerada assim qualquer limitação, ainda que temporária, que os impeça de realizar tarefas básicas da vida diária.

Relatam ainda que em relação às professoras responsáveis por esse atendimento na Escola Maria Augusta e ao AEE, elas não tem do que reclamar, e sim só a agradecer, pois o atendimento tem os ajudado bastante, não apenas em relação às deficiências e dificuldade que os alunos têm, mas também em relação ao comportamento deles, pois agora eles sabem se comportam melhor, respeitam mais os outros, e o carinho e respeito que as profissionais da escola sentem por eles é tão grande quanto o que eles sentem por elas, e não é por obrigação, mas sim pelo

fato delas realmente gostarem do que fazem, o que as professoras puderem fazer pelos alunos e pelo projeto, elas fazem. As mães falam que sabem da importância do Atendimento Educacional Especializado, por conta da didática, das atividades para desenvolver a coordenação motora, mas às vezes elas estão com tantos problemas que em casa, que as profissionais da escola fazem reuniões para saber o que está havendo, tanto para ajudar as famílias, como os próprios alunos, porque muitos desses problemas podem interferir no desenvolvimento dos alunos, então muitas das mães acabam desabafando e muitas vezes até chorando.

As mães contam que as professoras fazem reuniões e palestras para ensinar as famílias a trabalhar as deficiências e dificuldades dos alunos em casa também, para que o desenvolvimento seja mais eficaz, e a cada semestre as professoras fazem reuniões com elas, para saber como as crianças estão, e falar sobre o desenvolvimento delas na escola.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos nesse trabalho compreender do que se trata o Atendimento Educacional Especializado - AEE e como esse atendimento é realizado na cidade de Redenção, na instituição de ensino regular Escola Maria Augusta, e qual a sua eficácia para os alunos atendidos e a concepção de suas famílias. Fundamentado com uma metodologia qualitativa que consiste em um levantamento bibliográfico o uso de entrevistas com os profissionais da escola e com os pais dos alunos, assim, podendo obtermos algumas conclusões.

Com tudo que foi apresentado no presente texto, percebe-se que o Atendimento Educacional Especializado oferecido pela a escola embora enfrentando algumas dificuldades em relação à prefeitura que não dá o devido apoio necessário para o AEE e nem para os alunos e famílias atendidas e com a falta de cuidador, o AEE vem proporcionado uma certa melhoria para os alunos, não apenas dentro da escola, mas fora também. Prestando assistência também as famílias desses alunos.

Espera-se que esse trabalho sobre o tema possa vim a incitar o interesse dos leitores a aprofundar o referido estudo e que possam contribuir para as pessoas

que desejam intensificar seu conhecimento sobre o estudo em questão que é de grande uma grande importância.

8. REFERÊNCIAS

Atendimento Educacional Especializado - AEE: Segundo o texto da Política de Educação Especial, na Perspectiva Inclusiva SEESP/MEC; 01/2008. Disponível em: http://www.pmpf.rs.gov.br/servicos/geral/files/portal/AEE_Apresentacao_Completa_01_03_2008.pdf. Acesso em: 02/04/2017.

BRIDI, Fabiane Romano de Souza. **Atendimento Educacional Especializado**. p. 1-14. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/766/668>. Acessado em 02/04/2017.

BRASIL, Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Brasília. 2009. Disponível: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb013_09_homolog.pdf. Acessado em: 05/10/2017.

Constituição Federal 1988, Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acessado: 24/09/2018 as 23:00.

FERREIRA, Simone de Mamann; LIMA, Eloisa Barcellos de; GARCIA, Fernanda Albertina. O Serviço de Atendimento Educacional Especializado/AEE e Práticas Pedagógicas na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Revista Cadernos de Estudos e Pesquisas na Educação Básica**, Recife, v. 1, n. 1, p.46-61, fev. 2015. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/cadernoscap/index.php/cadernoscap/article/view/11/5>. Acessado em 02/05/2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL – DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO ESCOLAR.** Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>. Acessado em: 04/10/2017.

MARICHAL, Helena Maria de. **O atendimento educacional especializado na educação infantil:** Reflexões sobre os serviços especializados no município de Ivoti. 2012. 55 f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Cap. 2. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/69902/000875073.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22/03/2019..

MEC/SECADI: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 07/04/2017.

MEC/SECADI: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 07/05/2017.

MILANEZ, Simone Ghedini Costa; OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; MISQUIATTI, Andréa Regina Nunes. **Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual e Transtornos Globais do Desenvolvimento.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. 144 p. Disponível: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_10_milanez.pdf. Acessado em: 20/06/2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, jun. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb013_09_homolog.pdf. Acessado em: 25/02/2018.

PEREIRA, Aline Grazielle Santos Soares; SANTANA, Crislayne Lima; SANTANA, Cristiano Lima. **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS**. 3. ed. Sergipe: Educação e Comunicação, 2012. 12 p. Disponível: <http://geces.com.br/simposio/anais/anais-2012/Anais-010-021.pdf>. Acessado em: 23/01/2018.

PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 228, DE 2014. Disponível em: legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?t=153268. Acessado em: 24/03/2019.

ROGALSKI, Solange Menin. HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Revista de Educação do Ideal**, v. 5, n. 12, p.2-7, dez. 2010. Disponível em: https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/168_1.pdf. Acessado em: 07/12/2017.